

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, LATO SENSU EM EDUCAÇÃO INTEGRAL
CAMPUS ERECHIM

CERIZE MARIA DE CASTILHO

**INCLUSÃO DIGITAL EM ESCOLAS RURAIS:
UMA PROSPECÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Erechim, RS, Fev. 2014

CERIZE MARIA DE CASTILHO

**INCLUSÃO DIGITAL EM ESCOLAS RURAIS:
UMA PROSPECÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Monografia apresentada à UFFS,
Campus Erechim, como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista
em Educação Integral, sob orientação da
Professora Dr^a Adriana Richit.

Erechim, RS
2014

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo apresentar um estudo sobre práticas de inclusão digital e social nos âmbitos das escolas rurais numa perspectiva metodológica da educação integral. As considerações esboçadas baseiam-se em um estudo bibliográfico sobre a legislação e sobre textos e pesquisas acerca das referidas temáticas. Para tanto, se fez uma análise de políticas e programas relacionados à educação integral, destacando-se as ações e experiências que visam a formação de multiplicadores de redes e conhecimentos com jovens de comunidades rurais, bem como uma síntese histórica, legal e teórica da educação integral no Brasil com prospecção de extensão para escolas rurais, sem se dicotomizar com os anseios da inclusão digital e social. Pode se considerar que incluir digital e socialmente é um grande desafio para os educadores nos dias atuais, visto que estamos, ainda, promovendo o acesso às tecnologias.

Palavras-Chave: Educação Integral. Inclusão Digital e Social. Escolas Rurais.

ABSTRACT

This monograph aims to present a study on current practices in digital and social inclusion in areas of rural schools in a methodological perspective of integral education. The considerations outlined based on a literature study on the legislation and on texts and research about the topics mentioned. So, we did an analysis of policies and programs related to holistic education, highlighting the actions and experiences aimed at training of multipliers networks and knowledge with young people from rural communities, as well as a historical, legal and theoretical synthesis of education integral in Brazil prospecting extension for rural schools without dichotomized and the longings of digital and social inclusion. Can be considered to include digital and socially is a big challenge for educators today, since we are also promoting access to technologies.

Keywords: Integral Education. Digital and Social Inclusion. Rural Schools.

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DE CONHECIMENTOS EM TECNOLOGIAS.	8
1.1 Sobre o Projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem	12
2. OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, TEÓRICA E LEGAL COM PERSPECTIVAS DE AÇÕES NAS ESCOLAS RURAIS.	18
2.1 Educação Integral sob influência de concepções políticas-filosóficas.....	22
2.1.1 Integralismo.....	23
2.1.2 Liberalismo	23
2.1.3 Socialismo	24
2.2 Educação Integral nas escolas rurais.....	26
3. INCLUSÃO DIGITAL E AS AÇÕES DO PROJETO JR EM COMUNIDADES RURAIS SOB A ÉGIDE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

O uso da informática e novas tecnologias está cada vez mais relevante no cenário educacional, pois se apresenta como um instrumento muito eficiente no processo de aprendizagem e na promoção da inclusão social. Isso posto, pretende-se neste estudo apresentar uma discussão sobre a questão da inclusão digital sob a perspectiva e ações da Educação Integral, nos âmbitos de escolas rurais. A sua elaboração deu-se a partir de conhecimentos adquiridos em aulas durante o curso de especialização em Educação Integral e de pesquisas em recursos disponíveis em materiais impressos e digitais de várias fontes e autores que colaboraram com as discussões sobre as três temáticas que se pretende entrelaçar no contexto social e histórico.

O presente trabalho é dividido em introdução, três capítulos, considerações finais e referências. A seguir será apresentada uma descrição dos objetivos de estudo propostos em cada capítulo.

No primeiro capítulo apresenta-se uma fundamentação teórica sobre inclusão digital, diversos autores discorrem sobre os avanços no uso e conhecimento de ferramentas que se mostram instrumentos indispensáveis no processo educacional. Também é descrito as diretrizes do Projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem desenvolvido junto a três *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, que visa formar e aperfeiçoar jovens multiplicadores nesta área.

O segundo capítulo traz uma abordagem histórica, teórica e legal da educação integral no Brasil, bem como as suas concepções norteadoras. Destaca-se Anísio Teixeira como fundador de uma instituição pioneira na área de educação em tempo e espaço integral, posteriormente sob sua influência Darcy Ribeiro prossegue na mesma ideologia de formação integral, porém sem muitos avanços pedagógicos por atribuir maior ênfase ao assistencialismo. Desde então, demais projetos e programas se estabeleceram até os dias atuais sob vigência do programa Mais Educação, desenvolvido pelo Ministério da Educação. A partir de estudos sobre ações e programas voltados à educação integral que beneficiem às escolas rurais constata-se que não há uma política específica, pois possuem os mesmos propósitos destinados às escolas do meio urbano.

Discute-se no terceiro capítulo as possibilidades de se promover a inclusão digital nas comunidades rurais vislumbrando concretizar a educação integral, considerando que as ações do Projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem em prol da inclusão digital podem ser concebidas como indutoras no processo de formação integral dos sujeitos.

Por fim, apresentam-se alguns apontamentos sobre as interfaces possíveis entre a educação integral e a inclusão digital promovida no âmbito do projeto JR a partir dos conceitos e estratégias pertinentes.

Em síntese, pretende-se prover uma reflexão sobre os processos de inclusão social e digital em áreas mais deficitárias no uso das tecnologias, e desta forma colaborar para o desenvolvimento social, afetivo e financeiro dos habitantes do meio rural, ou seja, proporcionar recursos e meios de instruí-los integralmente.

CAPÍTULO I

1. INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES DE CONHECIMENTOS EM TECNOLOGIAS.

Sobre **Inclusão digital** pode-se afirmar que é a concepção subjacente às políticas e ações oficiais do governo federal, refere-se ao processo de democratização e acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação¹. É importante destacar que a inclusão digital vai muito além do acesso a este recurso, porque somente o acesso não é suficiente. É necessário que os usuários dos meios digitais inseridos neste campo de informações obtenham benefício em seus afazeres, desde a otimização do tempo e valorização de suas potencialidades visando a sua melhoria de vida. Para que haja a inclusão digital, além do computador e acesso à rede, deve haver o conhecimento sobre o uso dessas ferramentas, e também se faz necessário uma preparação educacional relevante.

Com o propósito de contribuir com esse processo da inclusão digital foram produzidos materiais e criados programas que proporcionam a qualificação das práticas e otimização dos tempos e dos espaços educativos.

Destaca-se nesse estudo a serie Cadernos Pedagógicos lançados pelo Ministério da Educação como apoio as propostas do Programa Mais Educação em âmbito nacional. Nesse material, caderno 7, verifica-se que “A Cultura Digital é um campo vasto e potente, pois pode estar articulada com qualquer outro campo além das tecnologias, como por exemplo, a arte, a educação, a filosofia, a sociologia, etc” (BRASIL, 2010, p.11). É, portanto com o mesmo propósito que a educação integral abrange e faz articulações com todos os saberes. Seja no espaço escolar ou social que a cultura digital se apresenta como um recurso e um novo jeito de aprender numa troca de saberes e experiência.

¹ Para evitar repetições ao longo do texto será usado o termo tecnologias para nos referir a Tecnologias de Informação e Comunicação.

Muitos autores discorrem sobre os avanços técnicos na melhoria e diversificação das metodologias no contexto educativo e inclusivo articulando a informatização com o fazer pedagógico da sala de aula (VEIGA, 1994). Destaca-se também a obra de Paula Filho (2000, p. 3) que relata as características da multimídia:

- O acesso não-Linear: a informação é disponibilizada de forma não linear, ou seja, o usuário não fica restrito a uma sequência de tempo, como o leitor de um livro.
- A interatividade: o usuário não se torna um espectador passivo, podendo interagir com o computador à medida em que é executada uma determinada aplicação.
- A integração com programas aplicativos: dependendo do caso, o computador pode executar cálculos, pesquisas em base de dados e outras tarefas normais de qualquer programa aplicativo (PROJETO JR, 2012, p.06).

As discussões sobre inclusão digital estão muito além de sua terminologia, pois esse termo envolve todo o estudo do contexto social e os benefícios que esta irá proporcionar no cotidiano dos envolvidos para que realmente participem do processo de inclusão e não apenas como “[...] meros consumidores, seja de produtos ou de informações, mas como sujeitos plenos [...] seres éticos, autônomos e com poder de decisão” (PRETTO, 2011, p. 37). Nesse aspecto se faz necessário a formação de agentes e multiplicadores com conhecimentos básicos em informática e que sejam estimuladores da interação entre os sujeitos e as máquinas a partir de seus interesses e necessidades.

Para Bonilla (2011) os educadores devem ser capacitados e manter-se conectados às tecnologias para que esses recursos não sejam apenas um novo dispositivo instrumental em suas mãos, mas que seja um meio para potencializar o conhecimento e promover a participação, o questionamento, a produção, a decisão e a transformação da sociedade em todas as instâncias.

Dessa forma, podemos considerar que o acesso igualitário às TIC e o uso pleno destas ultrapassa e amplia as propostas de inclusão digital fundamentadas predominantemente na superação da pobreza ou das desigualdades sociais. O uso pleno das TIC compõe os direitos humanos, a cidadania e a dinâmica de geração de “novos direitos”, faz parte das condições contemporâneas de auto-organização, colaboração e dos processos horizontais que estruturam as bases para a constituição de uma nova organização social (BONILLA, 2011, p. 44).

Como a escola é o centro formador de cidadania, cabe a ela a instrução e defesa da liberdade e igualdade. Adriano Teixeira considera a afirmativa de que a escola deve ser indissociável da sociedade e até polemiza quando afirma que “os processos de formação docente deveriam propiciar condições de vivência plena dessa dimensão reticular

potencialmente ampliada pelas TRs², a fim de ativá-las também em seus ambientes de atuação, contribuindo para a construção de um novo modelo educacional” (TEIXEIRA, 2010, p.66). Para o autor esse novo modelo educador requer que a aprendizagem seja um processo com mudanças de postura e com atuação crítica e criativa pelos educadores.

Na mesma perspectiva consta a contribuição de Assis e Bittencourt (2002), que afirmam facilitar o processo de apreensão de conhecimentos quando há o envolvimento ativo das pessoas. Desta forma a exploração dos meios multimidiáticos se torna um instrumento pedagógico eficiente, seja no seu uso para construção de materiais e até como instrumento de animação com som, vídeo e imagem.

O acesso às TRs promove mudanças, tanto de postura quanto de conceitos e otimização de espaço e tempo. Referindo-se ao tempo, Santos (2004, p.28) afirma que “autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares, e todos os lugares a partir de um só deles”. Dessa forma proporciona aos indivíduos a capacidade de desempenhar mais e melhor suas ações, trabalhos e estudos ultrapassando os obstáculos da distância e da falta de tempo.

Frente a essa demanda de tempo, nos dias atuais é inquestionável o uso da internet pela agilidade na localização de dados e informações, a facilidade de comunicação e o benefício na resolução de certas questões. Rocha (2005) e Carvalho (2006) apontam para a questão de que há algum tempo, não muito distante, a Internet era o reduto de uma minoria da camada populacional, sendo apenas acadêmicos e profissionais ligados à informática que tinham acesso.

Essa realidade foi se alterando com a invasão da internet sobre a sociedade desenvolvida e hoje estudantes e profissionais de vários segmentos a utilizam.

[...] a comunicação de dados rapidamente despertou o interesse da comunidade acadêmica nacional, à medida que a tecnologia de redes de computadores, a exemplo do que acontecia no exterior, se disseminava pelas universidades. A idéia da comunicação, local e global, entre pesquisadores e o potencial de acesso quase instantâneo às informações que até então levavam dias ou semanas para estarem disponíveis, era o sonho de muitos professores. Era a ciência sem fronteiras (CARVALHO, 2006. p.73).

² Tecnologias de Rede.

O acesso a informação e ao conhecimento no século XXI tem sido determinante para o desenvolvimento de indivíduos, comunidades e nações (MCNAMARA, 2000 apud LOPES, 2007). No entanto, a população do meio rural de países subdesenvolvidos ainda carecem de infraestrutura necessária para a conexão à internet. Nesses locais a difusão das tecnologias é muito mais lenta. Com isso se agrava a disparidade entre as camadas populacionais e se acarreta em exclusão social e marginalização desse grupo.

Alguns autores defendem a inclusão digital como um direito de todo ser humano, sendo o direito a internet um desdobramento do direito universal a informação e livre expressão, devido aos benefícios que lhes proporciona.

Sobre os direitos universais do ser humano, é importante destacar que em 1979 pela primeira vez numa conferência, Karel Vasak formulou a tese das gerações de direitos, sendo “A primeira geração, libérté: os direitos da liberdade e os direitos individuais. A segunda geração, egalité: os direitos da igualdade e econômico-sociais. A terceira geração diz respeito à solidarité: os direitos de solidariedade, e assim por diante” (Trindade, 2009).

Outras gerações foram surgindo na medida em que a sociedade evoluiu. Norberto Bobbio (1992) aponta as pesquisas nos âmbitos da genética como a quarta geração dos direitos humanos, justificada pelos riscos provocados pela sua exploração. Tal afirmativa de Bobbio diverge da ideologia de alguns autores. Paulo Bonavides (2000, p.524), por exemplo, que se destaca pela sua especialidade no assunto defende que o direito a democracia, a informação e ao pluralismo estaria na quarta dimensão. No entanto, coincidem nas opiniões na quinta geração em que está a pauta de discussão pelos direitos da realidade virtual. Ainda que se apresente alguns entraves, há consenso sobre a necessidade da inclusão digital.

Justificando essa ideologia Pierre Lévy (1996, p.34) argumenta que

As informações e os conhecimentos passaram a constar entre os bens econômicos primordiais, o que nem sempre foi verdade. Ademais, sua posição de infraestrutura - fala-se de infraestrutura -, de fonte ou de condição determinante para todas as formas de riqueza tornou-se evidente, enquanto antes se mantinha na penumbra.

Com o propósito de promover o desenvolvimento em todos os âmbitos da sociedade, o tema inclusão digital está explícito nos Objetivos do Milênio estabelecidos pelas Nações Unidas no ano de 2000 a fim de se combater os maiores problemas mundiais, dentre esses objetivos está “Velar por que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias,

em particular das tecnologias da informação e das comunicações” (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p.13).

Desde então estudos em todo o mundo vêm sendo realizados e revelam que não há como se optar entre investimentos no combate a pobreza ou investimentos na área das tecnologias, pois ambas estão atreladas diretamente e se complementam para o desenvolvimento almejado.

Para que a inclusão digital se concretize, pode se estabelecer três critérios que se fazem essenciais: *disponibilidade de recursos*, *planejamento* e *ação*. Nesses aspectos considera-se dentre os *recursos* os de segmento *humano* que abrangem o trabalho de empresas, ONGs, escolas e demais instituições, e *recursos financeiros* disponibilizados pelo governo federal para custeio de ações para a inclusão digital, como exemplo o Fundo de universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e outros. O plano de trabalho deve ser realizado em consenso e que vise a educação e a inovação tecnológica, além de proporcionar o acesso individual e coletivo. Esse *planejamento* emerge de prioridades e diretrizes claras que se articulam em todo o seu tempo de duração. Para a realização (*ação*) de projetos se exige a demanda de tempo para planejar, fazer licitações, contratações, execução, avaliação e revisão portanto é um processo contínuo, construído passo a passo em longo prazo. Por esse motivo corre o risco de ser interrompido ou sofrer mudanças a cada troca de administração. Portanto, depende de um posicionamento em âmbito federal com diretrizes e projetos adequados articulando-os com as administrações estaduais e municipais.

1.1 Sobre o Projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem

Nessa propositiva, desde início de 2012 o projeto de extensão denominado *Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem* se desenvolve junto a três *campi* da Universidade Federal Fronteira sul sendo em Erechim – RS, Chapecó – SC e Realeza – PR. A sua principal meta é promover o processo inclusivo digital de jovens de unidades produtoras familiares da região sul do Brasil.

Este projeto se justifica pela contribuição rentável da agricultura familiar dos estados sulistas e a falta de estratégias necessárias para que jovens permaneçam nessas unidades e estas tenham continuidade. De acordo com o projeto,

O modelo de desenvolvimento aplicado no Brasil no decorrer dos anos vem fortalecendo a grande agroindústria e, na agricultura, tem incentivado a monocultura, o uso intensivo de máquinas, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. A agricultura familiar sempre ficou à margem dos investimentos públicos e das políticas de desenvolvimento econômico e social (PROJETO JR³³, 2012, p.7).

O setor da agricultura familiar teve mudanças a partir da década de 90, quando emergiu grandes movimentações sociais de setores populares que a fortalecia com o apoio de associações e sindicatos. Desde então a gestão pública passou a dispensar um tratamento diferenciado com políticas que favoreciam o seu desenvolvimento.

Desse processo se originaram políticas importantíssimas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o programa nacional de habitação da agricultura familiar, a lei que obriga que no mínimo 30% da alimentação escolar seja adquirida da agricultura familiar e o programa dos territórios rurais, implantado a partir de 2003, com a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Nos níveis estaduais e municipais também uma série de políticas foram sendo construídas, embora muitas vezes desarticuladas (PROJETO JR, 2012, p.08).

Com essa organização crescente também foram se concretizando estruturas como o surgimento de milhares de cooperativas de produção, de crédito, de comercialização de habitação. Diversas experiências de agroecologia e produção orgânica, industrialização de produtos em pequenas agroindústrias, turismo rural, etc., foram sendo desenvolvidas. O projeto destaca que “o grande desafio que se coloca [...] é a criação de potencialidades produtivas e gerenciais capazes de adequar as estruturas dessas unidades produtivas às novas demandas [...]” (PROJETO JR, 2012, p.8) que possibilitem a permanência dos jovens e, conseqüentemente, a continuidade destas unidades.

Toda essa prospecção só se estabelece com o envolvimento de toda a família, inclusive dos jovens em todas as decisões, seja no planejamento, na organização, coordenação e controle das ações de gestão em todo o processo produtivo para que os entraves e as oportunidades sejam identificados. “A sustentabilidade social está relacionada com a participação dos jovens no processo de gestão da unidade produtiva familiar, onde este terá o

³³ Projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem.

papel decisivo no planejamento, organização, coordenação e controle das ações de gestão” (PROJETO JR, 2012, p.9).

O referido projeto beneficia diretamente 120 jovens, 40 em cada um dos estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que serão os multiplicadores de conhecimentos e irão atuar junto a aproximadamente 6.000 jovens de suas comunidades de origem que indiretamente irão usufruir destes conhecimentos e terão apoio de material didático no formato impresso e digital. O projeto JR é subsidiado pelo ministério das comunicações e prevê o desenvolvimento de “metodologias para a formação de jovens do campo, nas diferentes linguagens e técnicas da informática e seus mecanismos comunicacionais, por meio de artefatos multimidiáticos” (PROJETO JR, 2012, p.3) a fim de se elevar a qualidade de vida social e reduzir o êxodo rural e conseqüentemente a diminuir a ausência da população juvenil nessas comunidades.

As atividades são realizadas pelos envolvidos⁴ no projeto em ambientes presenciais e a distância. As primeiras atividades foram de resgate das concepções histórico-culturais das comunidades rurais.

Fazendo uso das ideologias defendidas por Rebelo (2005) e Abramovay (1998) o projeto tem por finalidade

- Estimular o conhecimento e favorecer a propensão de novas ideias, permeando a qualificação de jovens agricultores;
- Compreender a função da tecnologia e infraestrutura necessária para atendimento de atividades diárias da unidade produtiva agrícola;
- Definir atividades que possam ser traduzidas no formato digital;
- Elencar objetivos claros quanto ao uso da tecnologia no meio rural (PROJETO JR, 2012, p.05)

Através de dados e informações cedidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), a demanda maior é a falta de políticas públicas específicas para a juventude, e as dificuldades enfrentadas pelas poucas que há, por exemplo, o (PNCF)⁵ que é um programa para compra de terra, o PRONAF JOVEM, linha específica para jovens, mas que não tem bom funcionamento devido ao baixo índice de jovens que aderem o benefício, uma vez que o acesso deste é muito mais difícil comparado ao PRONAF normal, favorecendo a migração dos jovens pela sua praticidade.

⁴ Professores e estudantes bolsistas e colaboradores do Projeto Juventude Rural e as redes sociais de aprendizagem da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

⁵ Programa Nacional de Crédito Fundiário é um programa que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.

Esse aspecto evidencia que há no meio rural uma carência de mecanismos de publicização de informações e orientação acerca da dinâmica que rege o gerenciamento financeiro das unidades produtivas rurais. Ou seja, pela dificuldade de acesso às informações sobre essas questões, as famílias rurais buscam orientação, em geral, junto às agências bancárias e, muitas vezes, não têm suas dúvidas plenamente esclarecidas.

Nesse sentido, a FETRAF investe na defesa de políticas para a Inclusão Digital e no acesso as tecnologias porque considera a falta de oportunidades no campo como a principal causa da migração do jovem para a cidade e afirma que é preciso olhar para além do econômico, é preciso olhar para a família, a cultura, o lazer, pois assim a autoestima do jovem do campo se eleva ao possuir as mesmas condições do jovem do meio urbano, estes passam a participar dos mesmos espaços virtuais e ter as oportunidades de instrução oferecida pela rede, às questões de mercado, as notas eletrônicas, a linguagem moderna, o contato com outras pessoas, e a questão de mediação virtual – mobilização, entre outros, no intuito de fazer valer o seu conhecimento (PROJETO JR: Atas de Reuniões, 2012).

A execução do projeto conta com uma equipe multidisciplinar constituída de profissionais oriundos da Informática, Comunicação Social, Letras, Educação, Ciências Sociais, História, Geografia, Agronomia, Economia, Administração, Ciências Biológicas, Fisioterapia, Nutrição e Bioquímica.

Diversas atividades de capacitação e comunicação para a equipe de formadores do Projeto foram desenvolvidas. Trata-se da realização de encontros, reuniões, cursos, videoconferências entre os bolsistas e colaboradores. Com a intenção de conhecer e entender as dificuldades, as necessidades, a rotina e o nível de conhecimento e de inclusão digital que possuem foi elaborado um questionário envolvendo várias áreas de conhecimento e aplicado a discentes oriundos do campo, que cursam o primeiro semestre da graduação nos tres campi envolvidos.

Foram selecionados temas de estudo e debate nos grupos de bolsistas em cada campi, com orientação dos professores colaboradores do projeto, temas estes relacionados a Questão agrária na atualidade: Agricultura camponesa; Relações urbano – rural e demais referente a localidade do debate, com ênfase a situação de cada estado.

Entre as metas do projeto se destaca a produção de instrumentos multimidiáticos de aprendizado disponibilizando-os em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), formação de multiplicadores de unidades produtivas familiares em linguagens e técnicas usadas na comunicação digital, publicação dos relatos-culturais das comunidades rurais em diferentes

mídias como internet e pen-drives, elaboração e publicação de material de apoio didático no formato digital, atendendo as demandas específicas, publicação de artigos acadêmicos em eventos expressivos no Brasil a fim de divulgar os resultados, elaboração e prospecção de novos cursos de extensão a partir do andamento do projeto.

Por meio de estudos diversos o projeto constatou a grande defasagem no uso das tecnologias pela população que reside no campo. É nessas áreas que se pretende atuar, reduzindo as desigualdades e a exclusão digital que estes se submetem que pela situação que se encontram tendem a colaborar com os dados do êxodo rural.

Pelos artefatos levantados até o momento, percebeu-se que a tecnologia no campo ainda não é uma realidade, como já evidenciando pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde, somente 8% da população rural possuem computadores (tanto de mesa como *notebooks*), enquanto na área urbana, esse número passa a ser 30% da população.

Quando se fala em Internet, esse número reduz somente 4% dos domicílios situados no campo têm acesso à internet e outros 9% contam com telefone fixo.

Nesse sentido, a juventude rural deve necessariamente estar ligada à gestão da unidade produtiva familiar, para assim tentar minimizar dois problemas: a gestão da unidade produtiva e a reinserção do jovem na sucessão das unidades produtivas familiares, a fim de contribuir para a manutenção da categoria de agricultores familiares que exercem papel decisivo no desenvolvimento da economia do país.

Por isso, acredita-se que as diferentes linguagens e técnicas na área de comunicação digital, serão importantes para modificar a realidade social, reduzindo o êxodo rural (GUEDES, et.al. 2013. p. 6).

O Projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem tem como uma de suas finalidades capacitar esses jovens para usufruir dos benefícios da internet, fazendo um estudo das ferramentas computacionais para que posteriormente estes desenvolvam instrumentos multimidiáticos de aprendizagem. Na sequência estes instrumentos serão disponibilizados em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), considerando que a característica principal desses ambientes é socializar e integrar várias mídias permitindo a multiplicação entre as unidades produtivas.

O projeto JR já se encaminha para as etapas finais, atualmente os jovens participam de cursos de capacitação em inclusão digital, comunicação e inovação tecnológica, divididos em onze módulos: I – inclusão digital (descrição, objetivos, conteúdos) II – comunicação, III – interação, IV – busca, V – imagem e áudio, VI – vídeo, VII – Processador de texto, VIII, IX e X – planilhas eletrônicas e XI – editor de apresentação. O curso é ministrado por professores e pelos bolsistas do projeto nos três campi da universidade em que este se desenvolve.

Essa metodologia de multiplicadores de conhecimento utilizada pelo projeto é essencial na construção do conhecimento e se estabelece como um desafio o seu compartilhamento entre as comunidades rurais.

A formação das pessoas para o uso das tecnologias é imprescindível e até emergente pela necessidade de conexão com outros ambientes. O acesso aos recursos multimidiáticos e tecnológicos provoca e desperta para um estado de pertença a sociedade, dita como moderna ou, pós moderna nos dias atuais. Nesse sentido, o processo de inclusão digital e social provocado pelas atividades acima descritas vislumbra para apontamentos e discussões no contexto da educação pela colaboração na formação integral dos sujeitos frente às políticas desafiadoras da Educação Integral.

Apresenta-se a seguir uma abordagem histórica sobre a Educação Integral no contexto nacional, amparada por teorias defendidas por educadores, estudiosos e preconizada na legislação vigente, bem como pelas políticas e programas que a sustentam.

CAPÍTULO II

2. OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, TEÓRICA E LEGAL COM PERSPECTIVAS DE AÇÕES NAS ESCOLAS RURAIS.

A concepção de Educação Integral no Brasil se consolida pelas contribuições de Anísio Teixeira, considerado um dos pioneiros do movimento da Escola Nova e fundador do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, também conhecido como *Escola Parque* pela sua ampla estrutura em Salvador, na Bahia, nos anos 50. A Escola Parque tinha capacidade de receber 400 alunos, turmas compostas de 20 a 30 alunos, agrupados pela idade e pelas preferências de atividades que realizavam. Além disso, ainda abrigava a direção, a administração, setor de currículo, supervisão e orientação educativa, assistência médica, odontológica e alimentar aos estudantes.

Posteriormente, sob influência do projeto de Anísio Teixeira, foram implantados no Rio de Janeiro nos anos oitenta e noventa, pelo educador Darcy Ribeiro, os *Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)*, Coelho e Cavaliere (2003, p.150) os descrevem como uma experiência política significativa com pretensão inicial de instituir 500 escolas, as quais tinham a ênfase de atender a crianças carentes das periferias com formação global dos sujeitos. Darcy Ribeiro via a escola como bom espaço para resolver problemas sociais, sendo um instrumento de preparo para o convívio na sociedade definindo “o programa dos Cieps como a incursão do poder público na assistência pública. A escola em tempo integral seria a chave da solução do problema do menor abandonado (BOMENY, 2009, p.116).” Desse modo o assistencialismo se sobrepõe ao pedagógico. O projeto dos CIEPs desenvolvido junto com o governo Brizola, não era refém de sua área de formação, era interdisciplinar, intelectual e político e propunha questões sociológicas com a política / prática pela educação.

Diante desses apontamentos pode se considerar que os CIEPs foram extintos, dentre outros motivos devido às políticas imbricadas que priorizavam o assistencialismo sem possuir

um projeto político pedagógico com ações informativas, educacionais e culturais, no entanto novos programas e políticas foram se estabelecendo nessas estruturas até os dias atuais.

A educação brasileira hoje vive os desafios da educação integral, sendo que a escola é o espaço adequado para as atividades propostas e a articulação no contexto com profissionais dispostos a pensar e educar de forma integral. Para Educação Integral não existe um conceito, existe apenas possibilidades. O *Programa Mais Educação* é um meio para a educação integral e foi instituído pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, para contribuir na qualidade da educação. A sua consolidação depende de políticas que realmente tenham objetivos educacionais.

[...] a educação integral é inscrita no campo das políticas de ação afirmativa, prioritariamente, não exclusivamente, para as classes sociais historicamente excluídas ou com acesso restrito aos bens culturais e materiais, em função de suas condições concretas de existência. [...] está associada às lutas para que a ação afirmativa seja vivenciada como um processo de inserção societária. Essa possibilidade está representada nas práticas de educação integral que não se subsumem à organização interna da escola (LECLERC; MOLL, 2012a, p. 39).

Educação Integral é aquela que forma e emancipa o ser humano em todas as suas especificidades, ou seja, é a formação completa enquanto ser humano, por esse aspecto não comporta uma única definição, mas lhes são atribuídos conceitos com características do meio em que ocorre, é uma educação que contempla as diversas etapas da vida do ser humano, portanto “Para educar um indivíduo é preciso envolver e articular diversos outros indivíduos, tempos e espaços. Afinal, somos todos sujeitos completos, totais, com as mais diversas características, necessidades e possibilidades de aprendizagem ao longo da vida” (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2013).

A proposta de educação integral muitas vezes se confunde com a proposta de escola que possui educação em tempo integral. Mesmo que ambas exijam análises estruturais de viabilidade econômica e administrativa semelhante, em sua essência elas têm características e objetivos diversos, pois a *educação integral* abrange todas as dimensões e necessidades educativas com ampliação do currículo que valorize os saberes populares, a gestão democrática e participação de todos os segmentos da sociedade sempre de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, enquanto que *escola de tempo integral* se amplia a sua jornada escolar, mas mantém-se com a mesma organização do processo e não promove a aproximação entre escola e comunidade.

No artigo 34 da LDB – Lei nº. 9.394/96 está previsto: 1º) que a jornada escolar no ensino fundamental incluirá, pelo menos, quatro horas de trabalho em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, e 2º) que o ensino fundamental será ministrado também progressivamente em tempo integral a critério do sistema de ensino. Também o artigo 87, parágrafo 5º da referida lei prevê que serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Esses artigos nos remetem ao espaço escolar que se faz necessário para que haja a ampliação da jornada escolar, e não há de modo definido a carga horária que caracterize a educação integral e que o tempo é apenas um de seus componentes. Nesse sentido Menezes afirma que

O estabelecimento do progressivo aumento do tempo escolar pode estar associado a outros fatores, a citar, aqueles relacionados à proteção social da criança e do adolescente e aos direitos de pais e mães trabalhadores. No entanto, a ausência de uma maior clarificação desta relação na legislação, em acordo com os princípios do Direito, também não obstaculiza sua enunciação (MENEZES, 2008, p.03).

No entanto, com a ampliação do tempo escolar é possível realizar um trabalho que sobrepõe às atividades pedagógicas, propiciando aos educandos maior conhecimento intelectual, artístico, esportivo, filosófico, político, de saúde, etc..., com práticas interdisciplinares como a realização de oficinas, jogos e outros meios de interação do ambiente escolar e a sociedade em que está inserida.

O defensor da escola em tempo integral Anísio Teixeira e outros educadores defendem que a escola é um local de oportunidades crescente de aquisição de conhecimentos e de vida melhor. Para que a educação integral seja significativa, a ampliação da jornada escolar deve representar a ampliação de oportunidades e promoção de aprendizado viabilizado pela execução de atividades que sejam atrativas aos educandos.

Anísio Teixeira possuía uma visão conjunta, sua política era para todo o sistema de ensino e não para uma escola somente. Para ele, as nações pobres como o Brasil também deviam educar plenamente as novas gerações. Defendia a descentralização, a diferenciação educativa, a facilitação da transferência entre os tipos de ensino e a articulação da ação das várias esferas públicas, ou seja, olhava o outro como é, atento a minúcia pedagógica. A educação é vista como um direito social e indutora de organizações que estão a serviço da

inovação de toda sociedade brasileira nos âmbitos culturais, científicos e políticos (NUNES, 2000, p. 9).

A educação Integral só se estabelece em ambiente democrático. A integração da família, comunidade e escola respeitando as vivências e a diversidade de culturas são requisitos para o seu bom desenvolvimento, articulando-se com as políticas municipais, estaduais e federais.

A afirmação de que a educação vai mal não procede. O que se observa é que alguns governantes se empenham menos. O acesso à educação é igual para todos, mas a permanência se difere nas classes populares. A intencionalidade de quem governa motivada por um interesse é que mantém as políticas públicas educacionais.

O governo de um país, estados, cidades e escolas refletem exatamente o que é majoritário na sociedade. Educação para o trabalho deve preceder a educação pelo trabalho, ou seja, devo persuadir os outros, pela mudança que eu empreendo. Acreditar que todas as crianças e jovens são capazes de aprender ao observar as latências das crianças: danças, músicas,... e transformá-las em potências. Na concepção de Vygotsky o sujeito se constrói, essencialmente, nas interações sociais e na escola, pois “[...] não existe melhor maneira de descrever a educação do que considerá-la como a organização dos hábitos de conduta e tendências comportamentais adquiridos [...]” (JAMES (1958) apud VYGOSTSKY, 1991, p.54). As crianças são aquilo que fazemos delas, ou seja, é na interação com o seu meio e nas interferências de toda sociedade que se desenvolvem as suas habilidades e personalidades.

Se a civilização não produzir educação, produzirá guerras, portanto o ser humano é capaz pela oportunidade que teve. Devemos dar para o estudante o máximo, ou seja, desde pequenos se deve ter autonomia.

A democracia é o regime em que a educação é o supremo dever, a suprema função do estado (BRASIL, 1988), ou seja, a educação é a própria justiça social e sem ela juntamente com a revolução tecnológica é mínima a capacidade de se colocar no mundo.

Para Anísio Teixeira o ato de educar deve estar em tudo, desde as grandes obras até as pequenas ações e conversas. Em sua concepção de se obter um complexo educativo propõe que é somente com o avanço das camadas populares, mediante a escolarização que se integra numa sociedade com qualidade humana. A educação nos faz livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo os nossos poderes inatos, neste sentido a constituição de 1988 prevê:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Considerando que a igualdade consiste em oferecer oportunidades iguais de conquistar o poder, o saber e o mérito e que a liberdade não é a ausência de restrições, mas autodireção, disciplina compreendida e consentida.

A educação tem que ser tratada como um continente inteiro e a escola como uma instituição onde as pessoas se agregam, pois não existe sociedade humana sem educação. O que vivemos é um legado para as novas gerações, todo adulto tem a ver com a educação de crianças e jovens, nesse aspecto é muito mais que política pública, visto que a escola faz uma parte, mas é grande a responsabilidade da sociedade.

2.1 Educação Integral sob influência de concepções políticas-filosóficas.

As experiências de educação integral se consolidam entre os Séculos XIX e XX, ainda que na história da educação já tivesse indícios de formação integral dos indivíduos desde a antiguidade. O advento da modernidade no século XIX com os grandes avanços em conhecimentos científicos, o uso de novas técnicas na agricultura proporciona a consolidação da burguesia no poder, e, por conseguinte o fortalecimento e a expansão do capitalismo e divisão das classes que é a principal causa da grande disparidade entre pobres e ricos. Com essa situação de exclusão e alienação da classe operária e ascensão da burguesia surge muitos problemas de ordem social e se tem início as organizações do proletariado em oposição aos interesses burgueses (LIBÂNEO, 2013)

Diversos educadores e pensadores colaboram com o debate sobre a educação integral, segundo Pinheiro (2009, p.25) “o estudo da história da educação brasileira desvela importantes aspectos sobre o nascedouro da educação integral no Brasil”. A seguir um resumo das principais correntes político-filosófico que fundamentam a Educação Integral no século XX.

2.1.1 Integralismo

A educação no Brasil começa a se organizar e solidar-se em 1920. Com a vinda da família real começou mudar, sair do colonial, organizando-se de outra forma, tudo o que a corte possuía, começa a surgir na cultura educacional.

Mesmo mudando o regime do governo, demora a cultura se estabelecer. O Brasil era uma sociedade escravocrata, onde trabalhadores executavam serviço para quem podia pagar, geralmente nem recebiam porque eram de propriedades de seus senhores. Fica explícito que trabalho é função inferior, destinado somente para pobres. Carneiro (2009) afirma que Foi com a chegada dos imigrantes que surgiram as ideias de sindicato e passaram a ter mais acesso a escolarização.

A igreja, a escola, o cemitério eram características das primeiras comunidades. Não havia formalização da educação. A partir do início do século XX começa a se organizar de uma forma melhor a instrução pública. Nessa época se alguém era esclarecido, que questionava não se fazia interessante, por isso as disciplinas de filosofia e sociologia foram banidas do currículo.

O integralismo também conhecido como conservadorismo fundamenta-se na tríade: Deus, pátria, família. Deus dirige o destino dos povos. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da pátria e da sociedade. O componente espiritual predomina numa visão ideal de sociedade. Plínio Salgado (s/d, p.115) atribui à educação como formadora de caráter, diferindo da instrução que em sua opinião tinha o papel de formar e informar intelectualmente por meio de atividades artísticas, técnicas e científicas.

A concepção integralista via os pobres como seres menores, portanto nesse contexto se deve promover uma educação que os eleve, pois a articulação Deus, pátria e família é uma visão elitista de que o povo é desprovido de saberes.

2.1.2 Liberalismo

Um dos ideais defendidos pelo liberalismo na área educacional é que os serviços devem ser administrados pela iniciativa privada sem obrigatoriedade e sem intervenção do estado, sendo as famílias responsáveis pela educação de seus filhos, embora sendo compatível

com o movimento escola nova se manifesta contrário à luta pela escola pública (CHAVES, 2007, p.37).

Émile Durkheim (1858-1917), um dos principais teóricos a discutir sobre liberalismo, defende que

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 1978, p. 41).

Sob influência de Durkheim, o educador John Dewey (1859-1952) descreve a educação e a escola como processos contínuos em que se reconstrói e se reorganizam as experiências, tornando-as responsáveis pelo que se estabelece na sociedade.

Nessa perspectiva se encontra um dos princípios da Educação Integral em que a escola deve propiciar uma formação que integre a cultura com a utilidade prática, pois “vive-se aprendendo, e o que se aprende leva-nos a viver melhor. Todo o interesse humano pela educação e pela escola é, fundamentalmente, uma questão de tornar a vida melhor, mais rica e mais bela” (TEIXEIRA, 1978, p. 32). Para Dewey a escola não é a preparação para a vida, a escola é a vida, assim como a educação não prepara para a vida, a educação é a vida, assim está ligada na dinâmica da vida. O pensamento do autor ao afirmar que não se educa para a democracia, mas se pratica a democracia está no mesmo raciocínio de Anísio Teixeira quando diz que as crianças não são o futuro, elas são o presente.

Tudo é produto da prática humana, nós criamos tudo o que existe no meio social, ou seja, tudo tem na sua origem a ação do homem. Só se muda a educação se mudar o sujeito, portanto quem faz a sociedade é o indivíduo, portanto não educamos para o progresso social, mas para o desenvolvimento, se este ocorrer é consequência.

2.1.3 Socialismo

Mikhail Bakunin, anarquista russo do século XIX, enfatiza as atividades empíricas e a liberdade para os indivíduos fazer suas escolhas, afirma que se aprende com os erros cometidos, sobretudo a sociedade deve dar condições para que sejam instruídos em um ensino industrial. Defende a formação de um indivíduo que compreende e que sabe em geral com pleno desenvolvimento de todas as faculdades que o homem possui.

Sobre a experiência Bakunin (1979) afirma que pode ter *moral divina* que tem como base os princípios de respeito pela autoridade e o desprezo pela humanidade, onde o trabalho é visto como degradação humana, e a *moral humana* que ao contrário despreza a autoridade e tem respeito pela liberdade e pela humanidade. É só pelo trabalho que o homem se torna homem.

A burguesia defende que primeiro se deve instruir o povo e depois emancipá-lo. No pensamento de Bakunin se deve emancipar o povo que este se instruirá sozinho, sendo a emancipação econômica a primeira que leva à emancipação intelectual e moral, ou seja, a educação é fator importante para a revolução social.

Makarenko (2010, p.14) traz dois aspectos: a exigência e o respeito que agem simultaneamente, sua regra era “exigir o mais possível do homem, com a maior reverência a seu respeito”. Nesse mesmo viés o autor afirma que se deve valorizar a realidade porque é ali que o sujeito se encontra, a prática corrige a teoria científica. Para ele, a educação é um processo de tomada de consciência e o trabalho produtivo é o suporte para se formar homens conscientes e de ação. A organização coletiva de atividades, a disciplina, a liberdade, a fraternidade e a igualdade são suas características metodológicas, ou seja, o prazer pelo prazer não tem valor, os momentos de lazer também deve ter caráter educativo e a felicidade tem que ser por um trabalho produtivo. Makarenko acreditava na coletividade educativa que buscava integrar estudo e trabalho, ao invés do indivíduo esperar que a vida trouxesse espontaneamente seus frutos, devia se organizar com estudo e trabalho.

O socialista se manifestou contrário aos pedólogos que estabeleciam normas seguindo uma visão geral no desenvolvimento de crianças e “criticou a parte excessiva dada [...] à sociologia e à biologia, suas concepções vulgares da primazia do ambiente e da hereditariedade” (MAKARENKO, 2010. p.14), para ele se deve examinar e através de experiência escolher e decidir o que é viável a cada situação. O êxito do trabalho depende de uma quantidade infinita de circunstâncias, nada é eterno e absoluto, as exigências da sociedade são válidas apenas para uma época cuja duração é limitada.

A Educação Integral no Brasil se estabeleceu por diversos momentos sob essas concepções (Integralismo, liberalismo e socialismo) que norteiam todo o processo educacional influenciando diretamente no processo de ensino. Na sequência deste trabalho se apresenta um estudo sobre as políticas e programas de Educação Integral que favorecem as escolas do meio rural.

2.2 Educação Integral nas escolas rurais

A educação é um processo permanente na vida do indivíduo e a convivência no contexto em que se está inserido traz influências na sua vida pessoal e coletiva. Portanto, o trabalho pedagógico desempenhado na escola se torna mais eficiente se ocorre em consonância com a comunidade em seu entorno, onde se compartilha espaços, valores, atitudes e comportamentos de diferentes grupos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apontam que a escola neste sentido tem a função de articular conhecimento científico e conhecimento humano, produzindo um sentimento de pertença de seu educando no meio escolar e social.

Considerando que a educação ocorre em todos os lugares, seja no convívio social, na família e/ou na escola, o compromisso por uma educação de qualidade é de todos, mesmo o ensino sistematizado nas instituições exige contribuição de toda sociedade.

Faz-se necessário uma análise de toda a estrutura escolar, tanto dos recursos materiais como humanos para se elaborar um plano que seja viável para aquele contexto da instituição, com exploração de todos os recursos disponíveis, concomitante com os anseios da comunidade, porque é nesses espaços que ocorrem todo o processo educativo.

As ações e programas destinados às escolas rurais ainda estão muito vinculados ao modelo da educação das escolas do meio urbano, assim não possuem uma política específica. É imprescindível que haja um tratamento diferenciado de metodologias de ensino para essas escolas por que na maioria das situações a estrutura é deficitária, ainda são salas multisseriadas em que se exige mais capacitação e dedicação do professor para atender toda diversidade e especificidade de seus educandos.

Richit e Pasa (2012) descrevem a contribuição do ProInfo⁶ para a inclusão digital ao afirmarem que “ganhou espaço nos debates e políticas nacionais a partir do ano 2000, com a expansão das redes digitais. Contudo, no âmbito da educação, as primeiras ações [...] ocorrem apenas a partir do ano de 2007, com a reformulação do ProInfo[...]” (Richit e Pasa, 2012. p.139).

Dentre os programas destinados as escolas rurais destaca-se o Programa Escola Ativa, implantado no Brasil a partir de 1997 com o objetivo de melhorar o rendimento dos estudantes de classes multisseriadas nessas escolas, conduzido pelo Ministério da Educação (MEC) na Gestão de Paulo Renato de Souza (Governo Fernando Henrique Cardoso), em convênio

⁶ Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Seu objetivo era promover o uso da informática na rede pública de educação básica.

estabelecido com o Banco Mundial (INEP, 2007). O referido programa visava a implantação de recursos pedagógicos com estímulos a construção do conhecimento pelo aluno e capacitação de professores, o programa “tem como pressupostos o ensino centrado no aluno e em sua realidade social, o professor como facilitador e estimulador, a gestão participativa da escola e o avanço automático para etapas posteriores” (BRASIL, 2001, p. 14).

Outra política educacional que está em ascensão no Brasil é a educação do campo. Segundo Molina e Jesus (2004 p. 38) a denominação de escolas do campo e as discussões sobre elas são recentes, sendo destaque pela primeira vez em 1997 a partir de estudos e pesquisas socializadas no Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) na Universidade de Brasília.

No entanto, há contradição entre Escola Ativa e Educação do Campo quanto as metodologias utilizadas. Ribeiro (2011, p. 35) afirma que no programa Escola Ativa as escolas rurais seguem o mesmo currículo usado nas escolas da cidade, nesse aspecto se confronta com a ideologia da Educação do Campo que propõe a inclusão da ‘memória das lutas’ (grifo do autor) e das experiências na produção de conhecimento, ou seja, o conhecimento dos agricultores se articula com o conhecimento científico, social e tecnológico.

Tanto as propostas do Programa Escola Ativa, comprometida com a valorização da construção de conhecimento pelo próprio educando, quanto o propósito de unir experiências do meio de convívio social com o ambiente escolar, defendido pela Educação do Campo, podem ser vias promotoras de valorização desse meio, que articuladas a programas e propósitos específicos proporcionam conhecimentos essenciais para o desenvolvimento do meio rural.

CAPÍTULO III

3. INCLUSÃO DIGITAL E AS AÇÕES DO PROJETO JR EM COMUNIDADES RURAIS SOB A ÉGIDE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.

A inclusão digital nas comunidades rurais é uma necessidade emergente, tanto para o uso de computadores e das redes nas atividades educativas nas escolas quanto para a melhoria e agilidade de comunicação colaborativa e desempenho das atividades no dia-a-dia de todo o seu entorno.

Considerando as especificidades das escolas rurais, sendo que algumas delas ainda se caracterizam por classes multisseriadas devido a grandes distâncias entre as propriedades e o baixo número de crianças em cada série, é expressiva a sua colaboração com a diversidade de valores e comportamentos que se manifestam refletindo as suas vivências.

O uso das tecnologias apropriadas para estudantes e professores de escolas rurais deve beneficiar os interesses dessas áreas sem desconsiderar os valores e os recursos locais. Neste sentido o acesso à internet deve ser um meio de divulgação da cultura e das suas características sociais.

Partindo do pressuposto que o acesso aos recursos e a inclusão digital é uma necessidade na formação integral dos sujeitos, consideram-se as ações do projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem (UFFS) como propulsoras das políticas defendidas pela educação integral.

Para a concretização de uma educação integral, em que o indivíduo tem acesso e se apropria do conhecimento em todas as suas áreas e suas necessidades como ser humano, este não pode ser privado de nenhum benefício. Logo o acesso ao mundo digital não lhes deve ser negado, e cabe à escola proporcionar a sua formação utilizando-se de todos os recursos e vias possíveis.

Sobre a função da escola, o texto referência para o debate nacional organizado por Jaqueline Moll, coordenadora da Educação Integral no Ministério da Educação destaca que

o papel da escola na proposição do projeto de Educação Integral deve se constituir a partir da luta por uma escola mais viva, de modo que se rompa, também, gradativamente, com a idéia de sacrifício, atrelada ao Ensino Formal e, por outro lado, de prazer a tudo que é proposto como alternativo ou informal em relação a esse sistema escola (MEC/SECAD. 2008, p.37).

Moll propõe que as rotinas cotidianas das escolas sejam reinventadas de modo que se possa olhar todos os estudantes sem jamais homogeneizar, pelo contrário, se deve considerar a especificidade de cada um. Para tanto defende um projeto político pedagógico participativo sem separar atividades realizadas em horário normal nas aulas das atividades complementares.

Dentre as atividades complementares que vêm sendo implementadas no âmbito dos projetos de educação integral, as quais podem articular-se as atividades realizadas em turno normal, estão as atividades de formação digital. Tais atividades se realizam em laboratórios de informática e se estabelecem como uma forma de familiarizar-se com a tecnologia.

Da Silva Filho (2003, p.5) traz algumas sugestões na promoção da inclusão digital que auxiliam os meios de produção e difusão de conhecimento e defende a parceria entre professores, alunos e especialistas membros da comunidade. Para o autor

Ações de inclusão digital devem estimular parcerias entre governos (nas esferas federal, estadual e municipal), empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), escolas e universidades. Governos e empresas privadas devem atuar prioritariamente na melhoria de renda, suporte à educação bem como tornar disponíveis equipamentos à população (DA SILVA FILHO, 2003, p.3).

Ainda sobre o compromisso pela inclusão digital Da Silva Filho propõe que governos e empresas privadas promovam o benefício a toda população, tais como acesso a terminais de computadores e correio eletrônico, redução de tarifas no uso dos sistemas de telecomunicações e facilidade no recebimento de doações de computadores e equipamentos de infraestrutura.

Ao se analisar as interfaces entre a educação integral e a inclusão digital promovida no âmbito do projeto JR observa-se alguns conceitos e diretrizes convergentes, conforme destacamos abaixo.

- i) Uma característica do projeto JR diz respeito ao uso dos recursos digitais que proporcionam diferentes fontes de conhecimentos, os quais podem ser utilizados em momentos específicos. Do mesmo modo, a educação integral apresenta uma forma de aprender que transcende as limitações da escola, do espaço e do tempo.

Conceitos e estratégias mencionadas no JR	Conceitos e estratégias mencionados na Educação Integral.
O acesso não-Linear: a informação é	Educação Integral é aquela que forma e emancipa

disponibilizada de forma não linear, ou seja, o usuário não fica restrito a uma sequência de tempo, como o leitor de um livro.	o ser humano em todas as suas especificidades, ou seja, é a formação completa enquanto ser humano, por esse aspecto não comporta uma única definição, mas lhes são atribuídos conceitos com características do meio em que ocorre, é uma educação que contempla as diversas etapas da vida do ser humano.
--	---

ii) Propósito de se manter com qualidade de vida e adaptação ao seu meio;

Conceitos e estratégias mencionadas no JR	Conceitos e estratégias mencionados na Educação Integral.
Criação de potencialidades produtivas e gerenciais capazes de adequar às estruturas dessas unidades produtivas às novas demandas	A educação Integral só se estabelece em ambiente democrático. A integração da família, comunidade e escola respeitando as vivências e a diversidade de culturas são requisitos para o seu bom desenvolvimento.

iii) O compromisso assumido pelos jovens em gerenciar todas as atividades, a necessidade e a liberdade de se entender e administrar as minúcias de toda a propriedade agrícola, agregando conhecimentos e experiências.

Conceitos e estratégias mencionadas no JR	Conceitos e estratégias mencionados na Educação Integral.
A sustentabilidade social está relacionada com a participação dos jovens no processo de gestão da unidade produtiva familiar, onde este terá o papel decisivo no planejamento, organização, coordenação e controle das ações de gestão;	Para Anísio Teixeira o ato de educar deve estar em tudo, desde as grandes obras até as pequenas ações e conversas. Em sua concepção de se obter um complexo educativo propõe que é somente com o avanço das camadas populares, mediante a escolarização que se integra numa sociedade com qualidade humana. A educação nos faz livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo os nossos poderes inatos.

iv) Proporcionar aos educandos as vias para a construção de seu aprendizado em sintonia com seu meio social e cultural, fazendo uso de todos os recursos tecnológicos que lhes permitam modificar sua realidade.

Conceitos e estratégias mencionadas no JR	Conceitos e estratégias mencionados na Educação Integral.
O Projeto Juventude Rural e as Redes Sociais de Aprendizagem tem como uma de suas finalidades capacitar esses jovens para usufruir dos benefícios da internet, fazendo um estudo das ferramentas computacionais para que posteriormente estes desenvolvam instrumentos multimidiáticos de aprendizagem.	É na interação com o seu meio e nas interferências de toda sociedade que se desenvolvem as suas habilidades e personalidades. Se a civilização não produzir educação, produzirá guerras, portanto o ser humano é capaz pela oportunidade que teve. Devemos dar para o estudante o máximo, ou seja, desde pequenos se deve ter autonomia.

- v) As ações educativas devem ser propulsoras de novas aprendizagens de acordo com os anseios e especificidade de toda a sociedade.

Conceitos e estratégias mencionadas no JR	Conceitos e estratégias mencionados na Educação Integral.
Estimular o conhecimento e favorecer a propensão de novas ideias, permeando a qualificação de jovens agricultores; - Compreender a função da tecnologia e infraestrutura necessária para atendimento de atividades diárias da unidade produtiva agrícola.	A educação precisa ser tratada como um continente inteiro, e a escola como uma instituição onde as pessoas se agregam, pois não existe sociedade humana sem educação.

Pode se considerar que a inclusão digital de estudantes nas escolas rurais ainda é posta como mais um desafio a ser superado frente aos seus benefícios e as demandas de falta de recursos e, sobretudo, de capacitação de profissionais para atendê-los. O pesquisador Gustavo Freire a defende atribuindo poderes de refutar a alienação e a subordinação

A informação sempre foi importante no desenvolvimento sócio-cultural da humanidade, mas ganha uma nova relevância na sociedade contemporânea, traduzindo-se em números expressivos de produtos e serviços ligados à sua geração e disseminação. Nesse processo histórico, as relações sociais se tornaram menos hierarquizadas e as tecnologias digitais de informação e comunicação passaram a ter um importante papel na produção social e no contexto cultural (FREIRE. 2008, p.55).

A execução de projetos similares ao apresentado neste estudo é importante não apenas por possibilitar a um contingente de jovens o acesso às tecnologias, mas pela oportunidade de aprendizagens e a troca de conhecimentos e informações que viabilizam o processo de

alfabetização digital da população rural. É somente com a inclusão digital e social que se altera o aspecto negativo da distância que impede o desenvolvimento das áreas localizadas no meio rural e se colabora com a educação integral, na qual o estudante tem a possibilidade de desenvolver-se em suas múltiplas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo constata-se que o grande vilão do êxodo de jovens rurais é a falta de atrativos e, principalmente, de possibilidades de desenvolvimento econômico das unidades produtivas das famílias desses jovens, que poderiam proporcionar a sua permanência na área rural. Essas circunstâncias os levam a procurar nos grandes centros novas oportunidades de trabalho e, por meio dessas, melhores condições de vida. Mesmo com os avanços tecnológicos há determinadas áreas do meio rural que ainda carecem dos benefícios das novas tecnologias e/ou não têm a capacitação eficiente para delas se fazer uso.

“Discutir a realidade dos milhões de jovens do meio rural implica um olhar mais atento à realidade do campo, seus projetos e angústias” (IPEA, 2011, p.12). A criação e implementação de programas direcionados a inclusão digital e social de educandos que frequentam as escolas do meio rural devem contemplar suas peculiaridades e anseios específicos. No entanto, percebe-se uma ruptura de projetos devido às políticas imbricadas a cada transição de governo, não havendo uma continuação das atividades desempenhadas, dificultando o acesso e uso dos recursos tecnológicos.

A partir de estudos e dados levantados pode-se afirmar que a inclusão digital e social é um dos caminhos para que se estabeleça a almejada educação integral dos sujeitos, com formação que contemple todas as suas necessidades como ser humano em quaisquer que sejam as circunstâncias em que se encontrem.

Portanto, há somente uma opção de investimentos para o desenvolvimento neste sentido, sendo na educação concomitante com ações que contemple a viabilidade da inclusão digital e social. Nesse sentido, pensar a inclusão digital como uma dimensão da educação integral de estudantes do meio rural é um caminho de ser promover mudanças nas práticas educativas das escolas rurais e, por conseguinte, mudanças nas condições de vida desses sujeitos, favorecendo, entre outras coisas, a permanência desses no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ____ **Centro de Referência em Educação Integral**. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/conceito>> Acesso em 16 jan. 2014.
- ____ **2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude “ Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos”**. Disponível em: <http://www.sjdh.rs.gov.br/upload/20110617181625texto_base_da_2a_conferencia_de_juventude__1_.pdf> Acesso em 11 fev. 2014.
- ABROMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. v 15, n. 1, jan./abr., 1998.
- ASSIS, Wayne Santos de; BITTENCOURT, Túlio Nogueira. **Utilização de recursos multimídia no ensino de concreto armado e protendido**. Out 2002. Disponível em: <http://www.lmc.ep.usp.br/people/tbitten/gmec/Boletins_Tecnicos/BT_PEF_0207.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- BAKUNIN, Mikhail. **A instrução integral**. In: O Socialismo Libertário. São Paulo: Global, p.32-52, 1979.
- BOMENY, Helena. **A escola no Brasil de Darcy Ribeiro**. Em Aberto. Brasília, v.22, nº 80, p. 109-120, abr. 2009.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96. dez, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson (org.) **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: Edufra, 2011.
- CARNEIRO, N. P. **A Educação no Brasil: Avanços e problemas**. 2009. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-educacao-no-brasil-avancos-problemas.htm/>> Acesso em 28, jan. 2014.
- CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. [Em linha]. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa: Engenharia de Sistemas e Computação da COPPE/UFRJ, 2006, 259 f. Disponível em: <<http://tele.sj.ifsc.edu.br/~tisemp/RES/Internet-BR-Dissertacao.pdf>>. Acesso em 27 de Jan. de 2014.
- CAVALIERE, Ana Maria; COELHO, L. M. C. C. **Para onde caminham os CIEPs? Uma análise após 15 anos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 119, p. 149-176, 2003.

CHAVES, E. O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação: uma defesa. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2007.

____ **Cultura Digital. SÉRIE. CADERNOS PEDAGÓGICOS ...** e composta da trilogia: Texto Referência para o Debate Nacional, Rede de Saberes: pressupostos. 56 p.

____ **Cultura Digital. SÉRIE. CADERNOS PEDAGÓGICO 7.** 51p. Disponível em: <http://lab.lelic.ufrgs.br/portal/images/stories/Cultura%20Digital.pdf> > Acesso em 13/01/2014.

DA SILVA FILHO, Antonio Mendes. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 24, p. 5, 2003.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. Tradução e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira 10.ed. São Paulo: Melhoramentos (Rio de Janeiro): Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

GUEDES, A. L et. e tal. **Juventude rural sob uma nova perspectiva**: as redes sociais de aprendizagem. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/23868/Documento_completo.pdf?sequence=1> Acesso em: 27 jan. 2014

FREIRE, G. Redes Virtuais de Aprendizagem na Sociedade e na Pesquisa **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 25, 1º sem.2008. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2008v13n25p55/847>> Acesso em 20 jan. 2014.

FILONOV, G. N.; BAUER, C., BUFFA, E. (Orgs.). **Anton Makarenko**. Recife. Massangana, 2010. 138 p.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. Educação integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade? **Em Aberto**, v. 25, n. 88, p. 17-49, 2012a. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2868/1881>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

LÈVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos. **Escola de tempo integral em questão: Lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem?** Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:QFFAjmW-w-MJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5> Acesso em: 20 fev. 2014.

LOPES, C. A. Exclusão Digital e a Política de Inclusão Digital no Brasil – o que temos feito? **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007.

MENEZES, Janaina S. S. Educação integral e tempo integral na educação básica: da LDB ao PDE. In: IV Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente, 2008, Uberlândia. **Anais do IV Simpósio Internacional: o Estado e as políticas educacionais**. Uberlândia : Digiteca, 2008. p. 01-17.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S.A (Orgs). **Educação do Campo**: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma educação do campo, 2004.

MOLL, Jaqueline. **Caderno Educação Integral**: Série Mais educação. Brasília MEC, SECAD, 2008, 50 p.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. Nova Iorque, 2000.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação e sociedade**, v. 21, n. 73, p. 9-40, 2000.

PAULA FILHO, Wilson de Pádua. **Multimídia**: Conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

PINHEIRO, Fernanda Picanço da Silva Zarour. **Programa Mais Educação**: Uma concepção de Educação Integral. 2009. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PRETTO, Nelson De Luca. **Sociedade da Informação mas... que sociedade?!**. 2001. Disponível em: <<http://www.ufba.br/~pretto>> Acesso em: 14 Jan.2014.

REBÊLO, Paulo. **Inclusão digital**: o que é e a quem se destina? Maio 2005. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-sedestina/>. Acesso em: 15 set. 2013.

RIBEIRO, M. **Educação do Campo e Escola Ativa**: contradições na política educacional no Brasil. Educação em Revista, Marília, v.12, n.2, p.23-40, jul. – dez. 2011.

RICHIT, Adriana; PASA, Bárbara C. Práticas Pedagógicas com Tecnologias na Educação Básica e as Políticas de Inclusão Digital: Compreensões, limites e perspectivas. ROSA, Geraldo A.; PAIM, Marilane M. W.(Org.) **Educação Básica**: políticas e práticas pedagógicas. Campinas: Mercado das Letras, 2012. p.135-154.

ROCHA, Belchior de Oliveira. **Uso da internet em ambiente acadêmico**: Estudos com docentes em instituição de educação tecnológica no Brasil. 2005. 171f. Dissertação (Mestrado em Ciências em engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do norte, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2004.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **Inclusão digital**: novas perspectivas para a informática educativa. Ijuí: Editora da Unijuí, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959. p.78-84. Disponível em <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/index.html>>. Acesso em: 09/01/2013.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Seminário Direitos Humanos das Mulheres: A Proteção Internacional**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/Cancado_Bob.htm. Acesso em: 20. Jan. 2014.

SALGADO, Plínio. **Reconstrução do homem**. 2 ed. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, s/d.

VEIGA, A. P. Ilma. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papirus, 1994.

VIGOTSKY, L. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 4.ed. 1991.